STJ00111721 - V.1

Ricardo Negrão

Curso de Direito
COMERCIAL E DE EMPRESA

Teoria Geral da Empresa e Direito Societário

1

17ª edição
2021

saraiva jur

ISBN 978-85-536-0773-0 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Negrão, Ricardo

Curso de direito comercial e de empresa, v. 1 : teoria geral da empresa e direito societário / Ricardo Negrão. – 17. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

576 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-376-1 (impresso)

1. Direito comercial – Brasil. 2. Direito societário. 3. Sociedades comerciais. I. Título.

20-0736

CDD 344.6
CDU 347.7(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito comercial : Direito empresarial

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dalila Costa de Oliveira

Edição Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Daniela Nogueira Secondo

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação Join Bureau
Revisão Paula Brito
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 2-12-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606978 CAE 750983

STJ00111721 - V.1

Indice

Abreviaturas 7
Ao Leitor 27

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DO COMÉRCIO E DO DIREITO COMERCIAL

1.1. História do comércio e do Direito Comercial 29
1.2. Primeira fase (séculos XII a XVI) – mercados e trocas 30
1.3. Segunda fase (séculos XVII e XVIII) – mercantilismo e colonização 35
1.4. Terceira fase (século XIX) – liberalismo econômico 36
1.5. Quarta fase (atual) – Direito de Empresa 36
1.6. O projeto de nova codificação 38

CAPÍTULO 2 – FONTES DO DIREITO COMERCIAL

2.1. O Direito Comercial como ramo do Direito 39
2.2. Fontes do Direito Comercial 42
2.2.1. Fontes primárias 43
2.2.2. Fontes secundárias 43

CAPÍTULO 3 – COMERCIANTE E ATOS DE COMÉRCIO

3.1. Introdução 49
3.2. Origens históricas 50
3.3. Atos de comércio 53
3.4. Questões preliminares – a importância do estudo diante da Teoria da Empresa 54
3.5. Sistemas de classificação – o adotado por Carvalho de Mendonça 57

3.6. A qualidade de comerciante no sistema dos atos de comércio 61
3.7. A qualidade de empresário na Teoria da Empresa 65

CAPÍTULO 4 – EMPRESA E EMPRESÁRIO

4.1. Formação do conceito de empresa 66
4.2. Conceito jurídico de empresa 68
4.3. Aspecto subjetivo – o empresário 72
4.3.1. Espécies de empresários 74
4.3.2. Condições para o exercício da atividade empresarial 76
4.3.3. Pessoas impedidas de exercer a atividade 77
4.4. Aspecto objetivo: o estabelecimento 82
4.5. Aspecto funcional: a atividade econômica organizada . 82
4.6. Natureza jurídica 84

CAPÍTULO 5 – PERFIL OBJETIVO DA EMPRESA – O ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

5.1. Conceito 85
5.2. Noção 86
5.3. O conceito de Oscar Barreto Filho 93
5.4. Definição legal 93
5.5. Natureza jurídica 94
5.5.1. Doutrina histórica 94
5.5.2. Teorias modernas 97
5.6. Elementos componentes do estabelecimento empresarial 99
5.6.1. Outros elementos considerados pela doutrina.. 100
5.6.2. O bem imóvel 101
5.6.3. Outras classificações consideradas pela doutrina 102
5.7. Cessão de estabelecimento empresarial 103
5.8. Título de estabelecimento 106
5.9. Domicílio e estabelecimento principal 106

CAPÍTULO 6 – ASPECTOS DO ESTABELECIMENTO: O AVIAMENTO E A CLIENTELA

6.1. Noções 109
6.2. Aviamento real e aviamento subjetivo 110

6.3. A tutela legal do aviamento 111
6.4. Clientela 112
6.5. Freguesia 112
6.6. Proteção legal à clientela 113
6.7. Cessão de clientela 115
6.8. A disputa judicial entre o Conde Álvares Penteado, a Companhia Nacional de Tecidos da Juta e a Companhia Paulista de Aniagem 116
6.9. Cláusulas de interdição de concorrência 120

CAPÍTULO 7 – O PONTO EMPRESARIAL

7.1. Noções 124
7.2. Renovação de contrato de locação – conceito 125
7.3. Origens 125
7.4. Renovação compulsória requisitos 126
7.5. Requisito processual 128
7.6. Aspectos processuais 128
7.7. Defesas 129
7.8. Direito a indenização 130

CAPÍTULO 8 – PROPRIEDADE INDUSTRIAL: PATENTES DE INVENÇÃO E DE MODELOS DE UTILIDADE

8.1. Código da Propriedade Industrial: níveis de atuação 132
8.2. Convenção da União de Paris e organismos internacionais 133
8.3. Natureza jurídica 135
8.4. Noções e conceitos 136
8.5. Requisitos 136
8.5.1. A licitude 137
8.5.2. A novidade 140
8.5.3. A industriabilidade 143
8.5.4. Originalidade (a atividade inventiva) 143
8.6. Exemplos 144
8.7. Patente 144
8.8. Processamento do pedido de concessão de patente 144
8.9. Cessão do pedido ou da patente 147
8.10. Licença voluntária 147

8.11. Licença compulsória 148
8.12. Invento de empresa 151
8.13. Invento livre ou do empregado 151
8.14. Invento comum, misto ou conexo 151
8.15. Quadro-resumo das espécies de invento, em relação a seu titular 152
8.16. Extinção do privilégio 152

CAPÍTULO 9 – PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL

9.1. Noções 156
9.2. Requisitos 158
9.3. Registro 160
9.3.1. Prioridade e pedido 160
9.3.2. Exame formal 161
9.3.3. Processamento e decisão 162
9.3.4. Recurso 164
9.4. Certificado de registro 165
9.5. Proteção legal 165
9.6. Prazo para o exercício do direito 167
9.7. Extinção do registro 167
9.8. Cessão e direito de empregados 167

CAPÍTULO 10 – PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE MARCA E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

10.1. Conceitos 168
10.2. Funções das marcas 171
10.3. Classificações 172
10.4. Natureza jurídica 175
10.5. Requisitos 177
10.5.1. Sinais sem capacidade distintiva 178
10.5.2. Sinais que causam confusão ou engano violem ou não direito protegido 181
10.5.3. Sinais que causam ofensa (inciso III) 189
10.5.4. Expressões afastadas da proteção (inciso VII). 189
10.6. Processo de concessão 191
10.6.1. Pedido 191

10.6.2. Exame formal preliminar 192
10.6.3. Oposições 193
10.6.4. Exame 193
10.6.5. Expedição de certificado 193
10.6.6. Resumo gráfico do procedimento de concessão de registro 194
10.6.7. Fluxograma do processo de registro 195
10.7. Direitos 196
10.8. Cessão de uso 197
10.9. Licença de uso e franquia 198
10.10. Extinção do registro 199

CAPÍTULO 11 – REGISTRO DE EMPRESA

11.1. Breve histórico 202
11.2. Finalidades do registro 204
11.3. Efeitos jurídicos 204
11.3.1. Efeitos jurídicos em relação às empresas individuais de responsabilidade limitada e às sociedades empresárias 206
11.3.2. Efeitos decorrentes da personalidade jurídica .. 207
11.3.3. A qualidade de comerciante e de empresário e o registro de empresa 208
11.4. Órgãos do Registro de Empresa 209
11.5. Atos de registro 210
11.5.1. A matrícula 210
11.5.2. O arquivamento 212
11.5.3. A autenticação 214
11.5.4. Quadro-resumo 214
11.6. Proibições de arquivamento 215
11.7. Dispensa de registro 217
11.8. Simplificação de registro 217
11.8.1. Princípios legislativos: integração e articulação .. 218
11.8.2. Dinâmica procedimental 219

CAPÍTULO 12 – NOME EMPRESARIAL

12.1. Noções e definições 221
12.2. Natureza jurídica 222
12.2.1. O nome como direito de propriedade industrial .. 223

12.2.2. O nome como direito pessoal 223
12.2.3. O nome como direito pessoal derivado da concorrência desleal 224
12.2.4. A previsão constitucional 225
12.3. Distinções 225
12.4. Espécies 226
12.5. Direitos decorrentes do registro 228
12.6. Extensão da proteção do registro – o princípio da especialidade 229
12.7. Extensão da proteção do registro – o princípio da territorialidade 231
12.8. Colidência entre nome e marca – conclusões 232
12.9. Sistemas de formação do nome empresarial 233
12.10. Formação do nome 235
12.11. Nome empresarial de sociedade estrangeira 238
12.12. Alteração do nome empresarial 239

CAPÍTULO 13 – LIVROS EMPRESARIAIS

13.1. Noções 240
13.2. Princípios informadores 243
13.2.1. Fidelidade 243
13.2.2. Sigilo 244
13.2.3. Liberdade 246
13.3. Sanções penais decorrentes da ausência ou fraude na escrituração 246
13.3.1. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios 247
13.3.2. Balanço omisso ou com dados inexatos 247
13.3.3. Escrituração inexata, omissa ou adulterada e contabilidade paralela 248
13.3.4. Destruição de livros obrigatórios 249
13.4. Espécies de livros 250
13.5. Livro obrigatório comum 251
13.6. Livros obrigatórios especiais 253
13.7. Livros facultativos 254
13.8. Livros não empresariais obrigatórios 255
13.9. Requisitos dos livros 255
13.10. Livros obrigatórios e microempresa 256

13.11. Natureza jurídica dos livros 260
13.12. Valor probante dos livros – noções 260
13.13. Extensão da prova 261
13.14. A unidade dos lançamentos contábeis 263
13.15. A fé que se extrai dos livros mercantis 264
13.16. A recusa em apresentar os livros em Juízo 265

CAPÍTULO 14 – DIREITO SOCIETÁRIO – DAS SOCIEDADES EM GERAL

14.1. Noções 267
14.2. Personalidade jurídica 268
14.3. Efeitos da personalidade jurídica 269
14.4. Direitos da pessoa jurídica 270
14.5. Desconsideração da personalidade jurídica 271
14.6. Conceito de sociedade 273
14.7. Classificação das sociedades mercantis 277
14.8. Classificação das sociedades no sistema da empresalidade 278
14.8.1. Sociedades não personificadas e personificadas.. 278
14.8.2. Sociedades simples e sociedades empresárias. 278
14.8.3. Sociedades empresárias por natureza e empresárias por equiparação 279
14.8.4. Sociedades de pessoas e de capitais 279
14.8.5. Sociedades não identificadas por nome, identificadas por firmas, sociedades com denominação e sociedades com firma ou denominação 281
14.8.6. Sociedades dependentes de autorização 281
14.8.7. Sociedades nacionais e estrangeiras 282
14.8.8. Sociedade de capital fixo ou variável 284
14.8.9. Sociedades coligadas e não coligadas 285

CAPÍTULO 15 – RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE E DOS SÓCIOS – PRINCÍPIOS GERAIS

15.1. A responsabilidade das pessoas em geral 287
15.2. Responsabilidade primária e secundária 288
15.3. Unidade patrimonial do devedor 288
15.4. Unidade patrimonial impenhorabilidade e estabelecimento empresarial 289

15.5. Unidade patrimonial e falência 290
15.6. Unidade patrimonial e a *pars conditio creditorum* 291
15.7. Responsabilidade dos sócios em decorrência da espécie societária 293
15.8. Tipos ordinários de responsabilidade 295
15.9. Quadro dos diversos tipos de responsabilidade do sócio ... 296
15.10. Responsabilidade extraordinária dos sócios 297
15.11. Responsabilidade por violação das regras societárias ... 298
15.12. Responsabilidade por fraude no uso da personalidade jurídica 299
15.12.1. Fraude decorrente de constituição de sociedade entre marido e mulher 301
15.12.2. Ausência de patrimônio da sociedade 303
15.13. Sócio que, agindo com culpa ou dolo, pratica atos que causam prejuízos a terceiros 304

CAPÍTULO 16 – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: INGRESSO, RETIRADA E FALÊNCIA

16.1. Outras situações de responsabilidade dos sócios solidários 307
16.1.1. Sócio de responsabilidade ilimitada que ingressa por aumento do capital social e sócio que adquire cotas daquele que se retira 308
16.1.2. Sócio de responsabilidade ilimitada que se retira da sociedade antes da falência, cedendo ou não suas cotas sociais 310
16.1.3. Cláusula de exoneração 311
16.1.4. Falência e arrecadação de bens de sócios com responsabilidade ilimitada 311
16.1.5. Retirada e falência 313
16.2. Outras situações dos sócios de responsabilidade limitada 314
16.2.1. Responsabilidade pela integralização do capital . 315
16.2.2. Responsabilidade limitada, porém excedente à mera integralização do capital social 316
16.2.3. Responsabilidade em caso de retirada 317
16.2.3.1. Responsabilidade em caso de retirada do sócio comanditário, na sociedade em comandita simples 317

16.2.3.2. Responsabilidade em caso de retirada do sócio cotista 317
16.2.3.3. Responsabilidade em caso de retirada do acionista 318
16.2.4. Responsabilidade em caso de ingresso 319
16.3. Resumo gráfico das responsabilidades por ingresso, retirada e falência 320

CAPÍTULO 17 – DA CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES EM GERAL – ASPECTOS COMUNS

17.1. Da constituição das sociedades em geral 321
17.2. Regras comuns aos contratos 321
17.3. Capacidade e ingresso de sócio menor no regime do Código Comercial 322
17.4. Capacidade e sócio menor no regime do Código Civil . 324
17.5. Capacidade e consentimento 325
17.6. Objeto lícito 325
17.7. Objeto possível, determinado ou determinável 327
17.8. Forma prescrita ou não defesa em lei 327
17.9. Requisitos específicos 328
17.9.1. Pluralidade de sócios 328
17.9.2. Constituição do capital social 330
17.9.3. *Affectio societatis* (*animus contrahendi societatis*) 331
17.9.4. Coparticipação nos lucros e perdas 332
17.10. Cláusulas essenciais 332
17.11. Cláusulas acidentais 324

CAPÍTULO 18 – DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE – SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS

18.1. Sociedades não personificadas 336
18.2. As sociedades irregulares – sociedades em comum 336
18.3. A sociedade em conta de participação 338
18.4. A sociedade em conta de participação no Código Civil 341

CAPÍTULO 19 – DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE – A SOCIEDADE SIMPLES

19.1. Sociedades simples e sociedades empresárias 344
19.2. Objeto da sociedade simples 345

19.3. Contrato social 346
19.4. Inscrição do contrato 347
19.5. Direitos e obrigações dos sócios 348
19.5.1. Dever de contribuir 348
19.5.2. Dever de probidade na gestão financeira 349
19.5.3. Direito-dever de coparticipação nos lucros e perdas 350
19.5.4. Direito de participar das deliberações 350
19.5.5. Direito de fiscalização 351
19.5.6. Direito de retirada 351
19.5.7. Direito de participar do acervo, em caso de liquidação 353
19.6. Administração da sociedade simples 353
19.6.1. Qualidade pessoal do administrador 354
19.6.2. Incompatibilidades e impedimentos 356
19.6.3. Formas de exercício 359
19.6.4. Natureza das funções 360
19.6.5. Deveres do administrador 361
19.6.6. Substituição 362
19.6.7. Poderes 363
19.6.8. Abusos dos poderes gerenciais 363
19.7. Responsabilidade da sociedade perante terceiros 367
19.7.1. Liquidação de quota de sócio 367
19.8. Resolução da sociedade em relação a um sócio 368
19.8.1. Resolução em virtude de morte 368
19.8.2. Resolução em virtude de exclusão 369
19.9. Dissolução da sociedade 370
19.10. Quadro-resumo 371

CAPÍTULO 20 – DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE – AS SOCIEDADES EM NOME COLETIVO, EM COMANDITA SIMPLES E DE CAPITAL E INDÚSTRIA

20.1. As sociedades comerciais no Código Comercial de 1850 – generalidades 372
20.2. A sociedade de capital e indústria 375
20.3. Sociedade em nome coletivo 377
20.3.1. Natureza dos sócios 379
20.3.2. Responsabilidade dos sócios 379

20.3.3. Execução realizada por credor particular 379
20.3.4. Limitação de responsabilidade entre os sócios 380
20.3.5. Nome empresarial 381
20.3.6. Administração da sociedade 381
20.4. Sociedade em comandita simples 382

CAPÍTULO 21 – DAS SOCIEDADES LIMITADAS

21.1. Breve histórico e principal característica 387
21.2. Limites da responsabilidade dos sócios 388
21.2.1. Responsabilidade pela integridade futura do capital 388
21.2.2. Solidariedade pela integralização de todo o capital 389
21.2.3. Solidariedade pela integralização somente em caso de falência 390
21.2.4. Responsabilidade solidária no Código Civil.... 391
21.3. Responsabilidade ordinária dos sócios 391
21.3.1. Responsabilidade pessoal pela integralização . 391
21.3.2. Responsabilidade solidária pela integralização de todo o capital social 392
21.3.3. Responsabilidade pela retirada da sociedade estando integralizado o capital social 393
21.3.4. Responsabilidade pelo ingresso 393
21.4. Aspectos característicos da sociedade limitada 394
21.4.1. Diferenciações em relação à sociedade simples.. 396
21.4.2. Ingresso de incapazes 398
21.5. Quotas sociais natureza e direitos decorrentes 399
21.5.1. Número e forma de divisão de quotas 399
21.5.2. Divisibilidade e comunhão 400
21.5.3. Cessão das quotas 401
21.5.4. Penhorabilidade das quotas 402
21.6. Administração social 403
21.6.1. Nomeação e remuneração 404
21.6.2. Destituição e renúncia 405
21.7. Conselho fiscal 405
21.7.1. Atribuições do conselho fiscal 405
21.7.2. Condições pessoais, impedimentos e vedações do membro do conselho fiscal 406

21.8. Deliberações dos sócios 406
21.8.1. Obrigatoriedade..... 407
21.8.2. Formas de deliberação 407
21.8.3. *Quorum* para deliberação..... 408
21.8.4. Assembleia de sócios 408
21.8.5. Responsabilidades..... 409
21.9. Aumento do capital social 409
21.10. Redução do capital social..... 410
21.10.1. Redução em virtude de inadimplência de sócio remisso ou sua exclusão..... 410
21.10.2. Redução do capital em virtude de perdas irreparáveis 411
21.10.3. Redução do capital em razão de ser excessivo. 411
21.10.4. Redução do capital em razão de retirada de sócio 411
21.11. Resolução da sociedade em relação a sócios 412
21.11.1. Retirada voluntária de sócio..... 413
21.11.2. Exclusão de sócio..... 413
21.11.3. Dissolução parcial de pleno direito..... 415
21.11.4. Direito de recesso..... 415
21.12. Empresa individual de responsabilidade limitada 416
21.13. Empresa simples de crédito..... 418
21.14. Quadro-resumo..... 420

CAPÍTULO 22 – DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

22.1. Origens das sociedades por ações 421
22.2. Características das sociedades por ações 423
22.3. Sociedade em comandita por ações..... 424
22.4. Constituição das sociedades por ações..... 428
22.4.1. Requisitos preliminares..... 428
22.4.2. Denominação social..... 429
22.4.3. Fundadores..... 429
22.4.4. Constituição por subscrição pública ou privada.. 430
22.4.5. Primeiros administradores 434
22.4.6. Estatutos..... 434
22.4.7. Número de sócios..... 435
22.4.8. Capital social..... 435

22.5. Classificação das sociedades por ações 440
22.5.1. Sociedades abertas e fechadas 440
22.5.2. Sociedade de economia mista 443
22.5.3. Sociedade anônima multinacional 445
22.6. Elaboração e divulgação de demonstrações financeiras 447
22.6.1. Princípios da periodicidade, da anualidade e da competência exclusiva 448
22.6.2. Demonstrações financeiras comuns 449
22.6.3. Demonstrações financeiras especiais 452
22.6.4. Companhias abertas extensão de obrigações 453
22.6.5. Quadro-resumo 453
22.7. Sociedades de grande porte 454

CAPÍTULO 23 – AÇÕES, ACIONISTAS E VALORES MOBILIÁRIOS

23.1. Capital social e ações 455
23.2. Valores da ação 457
23.2.1. Valor nominal 458
23.2.2. Ações sem valor nominal 458
23.2.3. Valor patrimonial ou contábil 460
23.2.4. Valor de mercado ou bolsístico 460
23.3. Certificado de ações e agente emissor 460
23.4. Custódia de ações 462
23.5. Certificado de depósito de ações 463
23.6. Sistema único de custódia 463
23.7. Constituição de direitos reais sobre as ações – o penhor... 463
23.7.1. Usufruto 464
23.7.2. Fideicomisso 465
23.7.3. Alienação fiduciária 465
23.8. Dividendos 466
23.9. Obrigações do acionista – noções 467
23.10. Acionistas – exercício de direitos e retirada 468
23.10.1. Acionista controlador 468
23.10.2. Acionista dissidente 468
23.10.3. Acionista minoritário e acordo de acionistas... 470
23.11. Direitos essenciais do acionista 470
23.12. Outros valores mobiliários noções 471

23.12.1. Debêntures 472
23.12.2. Partes beneficiárias 478
23.12.3. Bônus de subscrição 480
23.12.4. *Commercial papers* 480
23.13. Quadro-resumo dos valores mobiliários 482

CAPÍTULO 24 – ÓRGÃOS DA SOCIEDADE POR AÇÕES

24.1. Órgãos sociais – espécies 483
24.2. Assembleia geral 483
24.2.1. Competência exclusiva 484
24.2.2. Espécies de assembleia 488
24.2.3. *Quorum* de instalação e de deliberação 491
24.2.4. Funcionamento da assembleia 495
24.3. Disposições comuns aos administradores 495
24.4. Conselho de administração 496
24.5. Diretoria 500
24.6. Conselho fiscal 500

CAPÍTULO 25 – REORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES

25.1. Aspectos gerais 502
25.2. Diferenças entre os procedimentos e efeitos 504
25.2.1. Direitos dos credores na incorporação, fusão e cisão 505
25.2.2. Direitos dos credores na transformação e responsabilidade dos sócios 505
25.2.3. Responsabilidade dos sócios na incorporação, fusão e cisão 506
25.2.4. Direito de recesso 508
25.2.5. Responsabilidade dos sócios não dissidentes 508
25.2.6. Resumo das responsabilidades das sociedades e de seus sócios 508
25.3. Procedimento exigido na incorporação, fusão e cisão 509
25.4. Procedimento exigido na transformação 512
25.5. Grupos de sociedades 514
25.5.1. Grupo de fato 514
25.5.2. Grupo de direito 515
25.5.3. Consórcio 516

CAPÍTULO 26 – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES

26.1. Dissolução das sociedades em geral 518
26.2. Resolução da sociedade em relação a um ou mais sócios. 519
26.3. Dissolução total da sociedade 520
26.3.1. Dissolução extrajudicial 520
26.3.2. Dissolução judicial 524
26.4. Falência 526
26.5. Dissolução das sociedades de capitais 528
26.5.1. Dissolução de pleno direito 528
26.5.2. Dissolução por decisão judicial 529
26.5.3. Dissolução por ato administrativo 531
26.6. Do rito processual da dissolução judicial 532
26.6.1. Da legitimidade 533
26.6.2. Dissolução por iniciativa do Ministério Público.. 533
26.6.3. Do pedido inicial e rito processual 534
26.6.4. Nomeação e destituição do liquidante 535
26.6.5. Atribuições do liquidante 536
26.6.6. Do inventário e da partilha 539
26.6.7. Partilha 540
26.6.8. Liquidação de empresa individual 541
26.7. Liquidação extrajudicial 541

Bibliografia 543

Índice Onomástico 553

Índice Alfabético-Remissivo 557